



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A6 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 28 de julho de 2016

OAB/SE sugere uma política de segurança preventiva

Ordem recomenda a volta da Polícia Comunitária e a convocação de policiais civis e militares aprovados em concurso

Karla Pinheiro

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe (OAB/SE) propõe mudanças na política de Segurança Pública de Sergipe, solicitando ao Governo do Estado prioridade nos serviços essenciais. As propostas feitas nessa quarta, 27, em audiência pública, também foram uma forma da sociedade civil e as entidades de classe expor suas insatisfações.

Para o presidente da OAB/SE, Henri Clay, "falta vontade política do Governo do Estado e prioridade nos serviços essenciais. Temos 333 aprovados do concurso da Polícia Civil e 339 aprovados no concurso da Polícia Militar prontos para atuar na defesa da sociedade e não são convocados; e a justificativa do Governo é falta de dinheiro. Os estados, municípios e a União não falem, porque todos os dias há arrecadação de impostos, o que falta é aplicar bem os recursos e priorizar as atividades essenciais, como saúde, educação e segurança, que é de responsabilidade do Estado", aponta.

A OAB/SE lançou uma campanha 'Paz nas ruas', na qual defende uma política de combate e prevenção da violência. "A Ordem defende a volta da Polícia Comunitária no Estado para que possa prevenir a violência, que converse com a sociedade, com associações de bairros e movimentos sociais, inibindo a ação daqueles que saem as ruas para praticar o crime, para que dessa forma a sociedade volte a ter uma sensação de segurança e possa caminhar nas ruas da sua cidade com tranquilidade", enfatiza Henri Clay.

• SSP

O delegado geral da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP), Alessandro Vieira, expôs durante a audiência o trabalho que vem sendo feito para combater a violência em Sergipe. "Colocamos a dis-

posição da OAB e da sociedade o conhecimento que temos da situação com as informações estatísticas, as medidas adotadas, o planejamento que vem sendo executado, traduzir para todos que o trabalho vem sendo feito, todo ele baseado em muita técnica, mas que para chegar ao resultado final ele precisa de recursos. O Governo do Estado vem fazendo um esforço muito grande na segurança pública, investimentos, contratações, mas também é importante reconhecer que não é suficiente, é um processo, e a gente acredita que com todos juntos nessa demanda vamos ter mais força para que isso possa mais rapidamente ser concretizado", afirma.

Sobre a introdução da Polícia Comunitária no Estado, o delegado informou que já existe essa técnica de policiamento no Estado, mas nem todas as comunidades estão aptas a receber esse tipo de metodologia. "É uma técnica de policiamento, baseada na proximidade tem uma eficiência

muito grande quando tem uma comunidade adaptada para esse tipo de policiamento, em outras comunidades é necessário um policiamento mais repressivo de presença e patrulhamento. São técnicas que já são empregadas na medida da disponibilidade do policial e na medida da receptividade da comunicada, isso já é feito, mas é importante que a gente possa conversar sobre o tema", esclarece Alessandro.

• Aprovados

Os aprovados nos concursos da Polícia Civil, realizado em 2014, e o da Polícia Militar, realizado em 2013, participaram da audiência e cobram do Governo um posicionamento sobre a convocação.

O representante dos aprovados para atuar na Polícia Civil contou que o edital contemplava vagas para 100 agentes de polícia e 20 escrivães de polícia, mas excedentes foram convocados para fazer o curso da formação e 333 pessoas aguardam a convocação. "Já cumprimos todas as etapas do concurso, 400

agentes de polícia e 53 escrivães concluíram o curso de formação, 120 já foram convocados; a última leva será agora em agosto, mas temos 333 sem notícias de quando e se serão convocados. Queremos que o Governo nos dê um posicionamento, um cronograma de convocação", aponta Rafael Almeida.

O aprovado informou que, de acordo com ofício do Ministério Público Estadual com base da Lei Orgânica da Polícia Civil (nº 4.133/1999), é preciso, para recompor a Polícia Civil, 220 escrivães e 1.200 mil agentes de polícia. Atualmente, segundo ofício, existem 156 escrivães trabalhando, o que representa um déficit de 61 profissionais, e 693 agentes de polícia na ativa, uma diferença de 507 no que preconiza a lei. "Esse número que já é alto está defasado porque essa lei é antiga, foi elaborada com base na população de 1999 e nunca foi reformulada. O déficit é ainda maior", diz Rafael.

A representante dos aprovados para a Polícia Militar de Sergipe (PM/SE) aponta um

deficit de dois mil policiais na PM e afirma que a convocação dos excedentes irá gerar um impacto de 0,015% na folha de pagamento do Estado. "Somos 339 aprovados no Concurso de 2013 aguardando a convocação do Governo do Estado. Não vamos resolver o problema da segurança pública, mas já melhora a situação, porque a PM trabalha com efetivo de 10 anos atrás que não acompanhou o crescimento da população, e o que a população precisa é ver os policiais na rua e voltar a ter a sensação de segurança que foi perdida", aponta Joyce Lima.

• Governo

Sobre a convocação, o Governo do Estado informou que tem todo o interesse em nomear os aprovados, porém diante das dificuldades financeiras que o Estado enfrenta no momento, devido à queda na arrecadação, a convocação dos aprovados gerará impacto na folha de pagamento, mas que o Governo fará um estudo para encontrar uma maneira de convocar os aprovados.



■ Para o presidente da OAB/SE, Henri Clay, "falta vontade política do Governo do Estado e prioridade nos serviços essenciais"

LINDIVALDO RIBEIRO/CS